

Educação formal e sucessão profissional: desafio à produção agroecológica em Santa Catarina.

Márcio Antonio de Mello¹
Milton Luiz Silvestro²
Ricardo Abramovay³

Resumo

Para a maioria dos filhos de agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina a permanência na profissão paterna é o horizonte profissional mais desejado, correspondendo àquilo a que os jovens se julgam mais capacitados. Por outro lado, a permanência na propriedade paterna tem sido, até aqui, o destino exatamente daqueles cujo nível de formação educacional é o mais baixo. Até um passado recente a educação formal não era vista como prioritária pelos agricultores para o exercício da profissão agrícola, considerava-se que os conhecimentos adquiridos no seio familiar eram suficientes. Uma das questões que se coloca é que a grande maioria dos jovens agricultores, que provavelmente serão os sucessores da propriedade paterna, foi formada neste padrão educacional. Uma das possibilidades para o desenvolvimento sustentável do meio rural passa pelos caminhos da agroecologia. Considerando que muito provavelmente serão os jovens os futuros agricultores agroecológicos da região Oeste catarinense, existe um grande desafio a ser superado: recuperar os conhecimentos locais e elevar o nível educacional dos jovens sucessores. Este tema e as implicações que envolvem a formação de uma nova geração de agricultores preparados para enfrentar os desafios que se colocam para os territórios rurais serão discutidos neste texto à luz de uma pesquisa de campo realizada em 116 unidades familiares de produção no Oeste catarinense.

Grupo de discussão: "Iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar"

Abstract

Formal Education and professional succession: challenge for the agroecological production in Santa Catarina.

For most familiar farmers' young descendents of the west region of Santa Catarina, the permanence in the paternal profession is the most desirable horizon, corresponding to that the youngsters think themselves more capable. On the other hand, the permanence on the paternal property has been the destiny of those whose educational formation level is the lowest. Over the last years the formal education wasn't seen as priority by the farmers to the exercise of the agricultural profession. It was considered that the knowledge acquired in the midst of family was enough. One of the questions is that the great majority of the young farmers, that will probably be the paternal property successors, was formed in this educational pattern. One of the possibilities to the sustainable development of the rural area goes through the agroecological ways. If we consider that the youngsters will probably be the future agroecological farmers of the west region of Santa Catarina, there is a great challenge to be overcome: recuperating the local knowledge and increasing the young successors' educational level. This subject and the implications that involve the formation of a new farmers' generation prepared to face the challenges to the rural territories will be discussed in this text through a research carried out in 116 familiar production units in the west of Santa Catarina.

¹ M. Sc. Agroecossistemas, Pesquisador Científico do Centro de Pesquisa Para as Pequenas Propriedades, (CPPP/Epagri); Servidão Ferdinando Tusset, s/n, Caixa Postal 791, 89801-970 Chapecó – SC - Brasil, E-mail: marcio@epagri.rct-sc.br

² M. Sc. Agricultura e Desenvolvimento, Pesquisador Científico do Centro de Pesquisa Para as Pequenas Propriedades, (CPPP/Epagri); Servidão Ferdinando Tusset, s/n, Caixa Postal 791, 89801-970 Chapecó – SC - Brasil, E-mail: miltons@epagri.rct-sc.br

³ Professor Titular do Departamento de Economia da FEA e Programa de Ciência Ambiental (PROCAM/USP). Av. Professor Luciano Gualberto, 908; 05 508-900 – São Paulo – SP- Brasil, E-mail: abramov@usp.br

EDUCAÇÃO FORMAL E SUCESSÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM SANTA CATARINA

Márcio Antonio de Mello
Milton Luiz Silvestro
Ricardo Abramovay

1. INTRODUÇÃO

A atual geração de agricultores familiares do Oeste catarinense possui um baixo nível de educação formal. Esta condição não parece ter sido, até o momento, um grande obstáculo para o desempenho da profissão de agricultor. Os conhecimentos sobre as técnicas de produção herdada da família eram considerados suficientes para desenvolver as atividades agrícolas tradicionais e, até mesmo em inúmeros casos, possibilitar a reprodução social e econômica da família.

Até o final dos anos 70, a continuidade da profissão de agricultor revestia-se do caráter de uma obrigação moral e o conhecimento que o jovem adquiria com sua família, era considerado suficiente para gerir o estabelecimento agrícola e continuar o processo sucessório. Hoje a agricultura é uma atividade que se transforma mais rapidamente e as novas oportunidades de renda que surgem no meio rural, como é o caso da produção agroecológica, exige dos agricultores um nível educacional mais elevado e uma formação profissional contínua. Além de contribuir para aumentar os conhecimentos específicos, a educação escolar também tem um efeito positivo na capacidade de assimilação e formulação de novas idéias. A educação também favorece a capacidade de busca de informação, seu ordenamento e sistematização.

Os dados aqui apresentados fazem parte de uma pesquisa mais ampla e que foi desenvolvida pelos autores na região Oeste de Santa Catarina, cujo foco central era a agricultura familiar e a sucessão profissional. Neste texto, discute-se a importância da educação formal para o estabelecimento de estratégias de fortalecimento da agricultura familiar com base nos princípios agroecológicos.

Está se tornando uma idéia corrente entre as instituições que trabalham com a agricultura familiar que a produção agrícola baseada nos princípios da

agroecologia pode se constituir numa alternativa de inclusão dos agricultores familiares que sofreram ruptura nas suas formas tradicionais de inserção ao mercado (milho, soja, feijão, suínos, aves, leite, etc.). Exemplo disto é todo um movimento das instituições públicas e organizações não governamentais que vem orientando seus esforços de trabalho em pesquisa, extensão e desenvolvimento baseado nos princípios agroecológicos.

Na agricultura familiar do Oeste catarinense, são fortes os indícios de que ao menos até recentemente, acabaram ficando na propriedade paterna, exatamente aqueles jovens que menos tiveram oportunidades educacionais. Nossa hipótese de trabalho é que o baixo nível educacional, dos atuais e futuros agricultores familiares, se constitui numa barreira para sua inserção produtiva e no mercado dos produtos agroecológicos.

Além desta introdução, neste artigo descrevemos e discutimos a constituição da agricultura familiar do Oeste catarinense, os limites do atual padrão educacional, a produção agroecológica como uma alternativa de fortalecimento da agricultura familiar e, sobretudo, para os agricultores mais fragilizados economicamente. Por último discutimos os limites que o baixo nível educacional representa para a inserção dos agricultores familiares nesta nova alternativa.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE

Desde a colonização, a agricultura da região tem se caracterizado pela pequena propriedade, pelo trabalho familiar e pela diversificação agrícola, com renda advinda das lavouras de milho, feijão, trigo e da pecuária, sobretudo da suinocultura. Do ponto de vista do sistema produtivo, caracterizou-se um quadro de *policultura hierarquicamente subordinada à suinocultura* (Testa *et al.* 1996). Esta atividade foi a âncora sobre a qual se estruturou o sistema produtivo, constituindo-se na principal fonte de renda da maioria dos agricultores familiares, que estabeleceram relações de parceria com as agroindústrias surgidas na região a partir da década de 40. No início dos anos 60, foram implementadas pelo Estado algumas políticas de apoio incentivando na região um modelo de produção agrícola alicerçado no binômio milho x suínos com inserção dinâmica no mercado através das grandes empresas agroindustriais. Dentro desta estrutura produtiva, pode-se dizer que o processo de integração não eliminou as formas

tradicionais da organização familiar diversificada. Passou a existir uma convivência harmoniosa entre a atividade industrial, atividades de comercialização tradicionais e atividades de subsistência. Tratava-se de uma proposta de desenvolvimento que incorporava novos agricultores ao processo produtivo e que mantinha um sistema de produção diversificado, ajustado a lógica de funcionamento da agricultura familiar.

A partir de meados dos anos 80, a agricultura familiar da região começa a enfrentar um processo de profunda crise, com reflexos econômicos, sociais e ambientais. Por um lado, as possibilidades objetivas de melhorar o desempenho econômico das unidades produtivas encontram-se cada vez mais limitadas. Por outro, os jovens agricultores, na sua grande maioria, não estão mais dispostos a continuar, nas mesmas condições, as atividades profissionais de seus pais (Silvestro 2001).

A nova proposta de integração e de produção agroindustrial⁴ das grandes empresas provoca um processo de especialização na suinocultura através da introdução de economias de escala mal dimensionadas que ultrapassaram os limites da produção diversificada e que quebrou a lógica de funcionamento da agricultura familiar. Suspeita-se que este processo tenha inclusive aumentado os custos de produção ao longo da cadeia produtiva.

Desta reestruturação produtiva resultaram pelo menos dois aspectos negativos para a região: a exclusão de grande parte dos agricultores familiares dos sistemas de produção de suínos e a agressão ao meio ambiente pela produção concentrada e pela utilização inadequada dos dejetos dos suínos. A crise que atualmente vive a região permite afirmar que a política de concentração da suinocultura foi econômica, social e ambientalmente equivocada.

Ainda no aspecto econômico, outros fatores além da exclusão, ou mesmo por causa dela, contribuíram para agravar o quadro de crise vivido atualmente: i) diminuição do volume de recursos de crédito agrícola e aumento das taxas de juros; ii) esgotamento dos recursos naturais, explorados acima de sua

⁴ Esta proposta tem o objetivo de aumentar o plantel de suínos nas propriedades melhor estruturadas. Com isto o número de suinocultores integrados diminui de 45 mil em 1985 para menos de 20 mil em 1995. Neste novo sistema de produção a ração utilizada para a alimentação dos suínos é fornecida total ou parcialmente pela agroindústria, desaparecendo a relação que antes havia entre o tamanho do plantel e a capacidade da propriedade em produzir os alimentos necessários para criar estes animais. Há casos em que o produtor sequer possui áreas de lavouras. Isto traz sérias consequências ambientais, uma vez que as propriedades não possuem capacidade suficiente para reciclar os dejetos produzidos (MELLO, 1998).

capacidade; iii) redução da rentabilidade de alguns produtos tradicionais, especialmente o milho, os suínos e o feijão. Além destes fatores conjunturais, contribuíram também para a crise fatores estruturais, como: i) grande distância dos principais mercados consumidores; ii) escassez de terras aptas para culturas anuais, que somam apenas um terço da área total da região; iii) esgotamento da fronteira agrícola; iv) estrutura fundiária excessivamente subdividida, onde em geral, os menores estabelecimentos concentram os solos mais declivosos e pedregosos. A ação conjunta destes fatores gerou um quadro de descapitalização de significativa parcela dos estabelecimentos agrícolas, provocando uma diminuição de novas oportunidades de trabalho e renda e intensificando o êxodo rural, especialmente da população jovem.

Quanto à questão social, o fenômeno mais expressivo é o êxodo, que atinge hoje, principalmente, as populações jovens, que são as forças vitais de renovação desta forma de agricultura. Ao envelhecimento, soma-se mais recentemente um severo processo de masculinização, pois as moças estão deixando o campo antes e numa proporção maior que os rapazes. O êxodo acentuado de jovens faz emergir aquilo que se pode chamar de “questão sucessória” na agricultura: que é quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias e pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios. Pesquisa desenvolvida no Oeste catarinense (Abramovay, 1998) mostra que 35% dos estabelecimentos agrícolas não sabem se vão ter um sucessor. Uma propriedade nestas condições certamente não realizará os investimentos estruturais e de conhecimentos necessários para ter acesso às novas oportunidades e enfrentar os novos desafios que lhes serão colocados. A chamada “questão sucessória”, se constitui, portanto, na mais recente ameaça que pesa sobre a agricultura familiar da região.

Todos os fatores anteriormente mencionados, contribuíram para que a agricultura familiar da região sofresse um intenso processo de diferenciação social originando um universo de agricultores altamente heterogêneo.

Embora o nível de renda seja apenas um dos critérios para uma estratificação social das propriedades, ele se mostra adequado para compreender a dinâmica de funcionamento, as potencialidades e os limites de cada segmento de propriedades. O Box 1 apresenta uma rápida caracterização de cada um dos três estratos.

Box 1

Agricultores Capitalizados: Correspondem a 12% dos estabelecimentos agrícolas da região Oeste catarinense. São representados por aquelas unidades cuja atividade agrícola tem possibilitado a reprodução da família e também um certo nível de investimento e acumulação. No entanto, vale ressaltar que em função da baixa renda da atividade agrícola verificada nos últimos anos, estes agricultores não têm garantia da sua consolidação econômica.

Agricultores em Transição: Correspondem a 29% dos estabelecimentos agrícolas da região Oeste catarinense. São aquelas propriedades que vivem da agricultura, mas não conseguem realizar investimentos. A idéia de transição mostra que a trajetória socioeconômica desses agricultores pode ser ascendente ou descendente, dependendo das políticas a eles direcionadas (crédito, assistência técnica, novas oportunidades de renda).

Agricultores Descapitalizados: Correspondem a 42% dos estabelecimentos agrícolas da região Oeste catarinense. Apesar de sua importância social, sua renda não é suficiente para que vivam das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento, tendo em vista as alternativas de produção e mercado ao alcance destes agricultores. Acredita-se que a maioria deles dificilmente se viabilizara economicamente somente na atividade agropecuária.

Esta caracterização socioeconômica dos estabelecimentos agrícolas do Oeste catarinense aponta para uma questão importante quando se discute políticas de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar. Se o desejo é promover um desenvolvimento duradouro é preciso que as novas oportunidades de renda possam ser apropriadas pelo segmento dos agricultores denominados neste texto como “descapitalizados”.

4. A questão educacional e seus limites

A escolha profissional dos jovens agricultores é determinada por um conjunto de fatores, dos quais os mais relevantes são suas expectativas de geração de renda na unidade paterna comparadas com o que imaginam ser possível alcançar inserindo-se em mercados de trabalho assalariado. A educação é um elemento decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem: na agricultura familiar entretanto a regra, constatada em inúmeros estudos da América Latina (Durstun, 1996), é que fica no campo o filho que menos estudou. O nível educacional médio dos brasileiros em 1997, era de 6,1 anos de estudo, sendo que os trabalhadores rurais possuíam uma média de apenas 2,5 anos de estudo (Dirven 2001). Mesmo um Estado como Santa Catarina, onde o nível educacional está entre os mais altos do País, acaba não fugindo a esta regra. A geração que hoje mais pode candidatar-se à direção das unidades familiares de produção - os filhos que permanecem nas propriedades paterna e que já saíram

da escola – tem formação educacional tão precária que confirma a asserção segundo a qual ou se estuda, ou se fica no campo.

Uma análise dos dados apresentados na tabela 1 mostra um quadro desolador quanto à situação educacional dos jovens agricultores familiares do Oeste catarinense. Dos 1.940 jovens entre 25 e 29 anos – candidatos à sucessão hereditária – 1.163 (60%) estudaram apenas até a 4ª série. Nesta faixa etária está também a maior proporção de analfabetos (4% do total). Ao que tudo indica, ficaram na propriedade aqueles que não obtiveram o passaporte educacional para ingressar no mercado de trabalho urbano. A idéia é confirmada pela situação da faixa etária imediatamente anterior: dos 1.823 jovens entre 19 e 24 anos morando na propriedade paterna, nada menos que 697 (38%) estudaram apenas até a 4ª série. Entre os jovens com 13 a 18 anos, a proporção dos que possuem apenas até a 4ª série cai para 19%, mostrando que o padrão de freqüência escolar alterou-se nitidamente. Tirar os jovens da escola no 4º ano primário, na década de 90, deixou de ser uma prática socialmente dominante. De qualquer maneira, por mais que o padrão anterior não seja mais predominante, ele deixa uma pesada herança para os atuais processos sucessórios no interior da agricultura familiar.

Tabela 1 - Escolaridade dos filhos de agricultores familiares com idade entre 7 e 29 anos - em valores absolutos

IDADE	Total	Não alfabetizado	até a 4ª série	5ª a 8ª série	2º grau	3º grau incompleto	3º grau completo
7 a 12 anos	3.892	35	2.774	1.083	0	0	0
13 aos 18 anos	3.845	45	726	2.301	763	10	0
19 aos 24 anos	1.823	28	697	569	465	55	9
25 aos 29 anos	1.940	80	1.163	456	192	28	21
TOTAL	11.500	188	5.360	4.409	1.420	93	30

Fonte dos dados: Censos Agropecuários Municipais - Epagri (1999)

Elaboração dos autores.

O destino dos jovens que deixaram a propriedade paterna corrobora a associação entre permanência na atividade agrícola e baixo nível educacional. A tabela 2 contém informações sobre os filhos que deixaram a propriedade paterna. De uma amostra de 116 famílias entrevistadas, representativas da agricultura familiar da região, tinham saído, até o momento em que foram coletadas as informações (julho de 2000), 187 jovens. Destes, 115 mudaram-se para o “meio

urbano” e 72 saíram para instalar-se no próprio meio rural, na esmagadora maioria das vezes na condição de agricultores. A tabela mostra o contraste entre o nível educacional dos que permanecem na agricultura, quando comparado à situação dos que foram para as cidades. Pouco mais de um terço dos que se destinaram ao “meio urbano” têm somente a 4ª série, proporção que sobe além de dois terços, para os que saíram da propriedade paterna para prosseguir na profissão de agricultor. Com nível superior à 5ª série estão menos de um terço dos que permanecem no meio rural e 45% dos que foram para as cidades. Destaca-se ainda, que da amostra pesquisada, nenhum dos jovens que saíram da propriedade paterna para se instalar como agricultor possui nível educacional superior à oitava série do primeiro grau.

Tabela 2 - Escolaridade dos jovens ao sair da propriedade paterna segundo o local de destino (em %)

Grau de instrução	Urbano	Rural
1ª a 4ª série do primeiro grau	36	69
5ª a 8ª série do primeiro grau	45	31
1ª a 3ª série do segundo grau	16	0
Curso superior incompleto	1	0
Curso superior completo	2	0
Total	100	100
Número de respostas	115	72

Fonte: Silvestro *et al.* / 2001

Nos dados da tabela 3 observa-se o nível de escolaridade dos 72 filhos de agricultores que deixaram a propriedade paterna e permaneceram no meio rural. O vínculo entre agricultura e baixo nível educacional resiste até às diferenças de renda entre as famílias: não há diferença no nível educacional dos jovens egressos das famílias pobres, relativamente aos que vêm de famílias mais abastadas, o que indica que a opção por educar os filhos associava-se diretamente ao horizonte de deixar a atividade agropecuária. Pior: a permanência na atividade agropecuária esteve, até muito recentemente, associada a um certo desinteresse pela educação formal dos jovens.

Tabela 3 – Nível de escolaridade dos jovens que saíram da propriedade paterna e permaneceram no meio rural (em %)

GRAU DE INSTRUÇÃO	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
1 ^a a 4 ^a série	69,4	69,2	69,6	69,4
5 ^a a 8 ^a série	30,6	30,8	30,4	30,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de respostas	72	13	23	36

Fonte: Silvestro *et al.* 2001.

Na tabela 4 onde se pode observar o nível de escolaridade dos jovens que deixaram a propriedade paterna em direção à cidade – aparece a esperada associação entre renda das famílias e formação educacional dos filhos. Quando se comparam as tabelas 3 e 4 vê-se que, nas duas, a formação dos filhos que foram para as cidades é melhor que a dos que ficaram na atividade agropecuária. Só que entre os que foram para as cidades, o nível educacional cresce conforme a renda familiar, o que não se observa entre os que permaneceram na agropecuária. A expectativa de retorno econômico da educação é relevante quando se trata da migração para as cidades e quase inexistente para os jovens que permanecem na agropecuária.

Tabela 4 – Escolaridade dos jovens ao deixar a propriedade paterna em direção à cidades (em %)

GRAU DE INSTRUÇÃO	Total	Capitalizados	Transição	Descapitalizados
1 ^a a 4 ^a série	35,9	27,3	23,7	46,3
5 ^a a 8 ^a série	44,7	36,4	52,6	40,7
2 ^o grau	16,5	27,3	18,4	13,0
Superior incompleto	1,0	0,0	2,6	0,0
Superior completo	1,9	9,1	2,6	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de respostas	115	12	41	62

Fonte: Silvestro *et al.* 2001

A tabela 5 traz uma informação adicional importante: é entre os rapazes que se concentra a maior parte dos que praticamente não tiveram acesso à educação. Todo o universo da pesquisa compõe-se de jovens com idade entre 15 e 29 anos que, em princípio, já deveriam ter completado a 4^a série do primeiro grau. Ora, nada menos que 30% dos rapazes entrevistados têm apenas este grau de estudo. Entre as moças, esta proporção cai para 13%. E o interessante é que

a idade média dos jovens que se encontram nesta situação é muito alta (26 anos para as moças e 27 anos para os rapazes). Confirmando a precariedade do acesso à educação, sobretudo entre os rapazes, percebe-se que somente 22% deles têm ou estão cursando o segundo grau (1ª a 3ª série). Esta proporção sobe a 56% entre as moças. É aí que está a menor idade média desta amostra, 44% dos rapazes têm ou cursam de 5ª a 8ª série, contra apenas 29% das moças. Mas nesta faixa etária, a idade média das moças é muito mais baixa que a dos rapazes: 17 anos, contra 25 anos, o que leva a crer que nesta idade as moças ainda estão estudando e os rapazes já devem ter parado.

Tabela 5 - Escolaridade e idade média dos jovens entrevistados residentes na propriedade paterna

Nível educacional	Rapazes		Moças	
	(%)	Idade média (anos)	(%)	Idade média (anos)
1ª a 4ª série do primeiro grau	30	27	13	26
5ª a 8ª série do primeiro grau	44	25	29	17
1ª a 3ª série do segundo grau	22	19	56	18
Técnico agrícola	3	18	0	0
Curso superior	1	25	2	23
Total entrevistado	114	-	116	-

Fonte: Silvestro *et al.* 2001

A própria visão dos jovens a respeito das necessidades educacionais para o desempenho da profissão agrícola varia conforme sua situação social. Assim, na tabela 6 pode-se ver que nenhum filho de agricultor capitalizado considera possível um bom exercício profissional apenas com a quarta série do primeiro grau. Entre os descapitalizados, 11% dos entrevistados dizem que é possível ser agricultor somente sabendo ler e escrever e outros 12% julgam que é suficiente a quarta série do primeiro grau. Entre os agricultores “em transição” estas proporções são de 5% e 21%. Apenas um quarto dos filhos de agricultores “descapitalizados” e dos “em transição” associam nitidamente a agricultura ao baixo nível educacional. Já o curso técnico é necessário para 28% dos rapazes vivendo em unidades “capitalizadas”, mas para apenas 5% e 4% respectivamente dos que estão em famílias “em transição” e “descapitalizadas”.

Muitas vezes as necessidades de aquisição de conhecimentos não aparecem pela falta de consciência das limitações dos seus próprios conhecimentos e da necessidade de adquirir outros. É o que ocorre

especialmente em situações de isolamento social⁵. No entanto, é precisamente nesta situação que as necessidades de conhecimentos são ainda mais importantes.

Tabela 6 - Opinião dos rapazes quanto ao nível mínimo de escolaridade para desempenhar a profissão de agricultor (em %)

Respostas	Total	Capita- lizados	Tran- sição	Descapi- talizados
Saber ler e escrever	6	0	5	11
Primário completo (4ª série)	13	0	21	12
Ginásio (8ª série)	38	38	33	43
Segundo grau	32	24	36	30
Curso técnico agrícola (segundo grau)	9	28	5	4
Fazer curso da Casa Familiar	1	5	0	0
Faculdade	1	5	0	0
Total	100	100	100	100
Número de respostas	110	21	43	46

Fonte: Silvestro *et al.* 2001

Em suma, existe um forte contraste entre as opiniões dos jovens entrevistados a respeito das exigências educacionais para o exercício da profissão agropecuária e a situação atual dos responsáveis pelos estabelecimentos ou seus sucessores mais prováveis, cujo nível de escolaridade foi e é muito precário. É evidente que qualquer política de apoio voltada a esta região e a agricultores na faixa etária entre 18 a 30 anos terá que se associar a métodos alternativos aos da educação formal para que o acesso à propriedade paterna venha de par com uma melhoria em suas capacidades profissionais.

5. A importância da educação

No item anterior analisamos a realidade da educação formal dos componentes da família do meio rural do Oeste catarinense, esta análise mostra que a atual geração de agricultores possui um baixo nível de escolaridade⁶. Pesquisas desenvolvidas por (Abramovay *et al.* 1998 e Silvestro *et al.* 2001) mostra que 75% dos atuais chefes da agricultura familiar da região estudaram

⁵ A pesquisa desenvolvida por Silvestro *et al.* (2001) mostra que um grande número de família de agricultores vive num impressionante isolamento social.

⁶ Era uma prática comum entre os agricultores que os filhos que decididamente permaneceriam na agricultura estudassem até a 4ª série do primeiro grau, quando então passavam a se dedicar exclusivamente às atividades na propriedade. Além de considerar que este nível de escolaridade era suficiente para se dedicar à atividade agrícola eram enorme as dificuldades para avançar nos estudos uma vez que nas comunidades rurais não havia esta possibilidade.

apenas até a quarta série do primário. A pesquisa mostra também que não existe diferença significativa no nível educacional entre os três segmentos de agricultores, (capitalizados, em transição e descapitalizados). Estes dados nos permitem concluir que a educação não tenha sido elemento decisivo na trajetória econômica destes estabelecimentos. Na família rural o “capital de conhecimento” é constituído por todos os conhecimentos dominados pelos seus componentes, transmitidos e progressivamente melhorados de geração em geração, tais como o conhecimento do meio, o domínio das técnicas tradicionais, contatos úteis em termos de serviços e acesso aos mercados. Para desempenhar a contento as atividades tradicionalmente desenvolvidas pela agricultura familiar da região era suficiente a aplicação das práticas e das técnicas transmitidas pelas gerações anteriores.

O exercício da atividade, agrícola no passado, definitivamente não estava associado à necessidade de estudar. Tanto era assim, que 60% dos jovens com idade entre 25 e 29 anos estudaram apenas até a quarta série do primeiro grau⁷ (Silvestro *et al.*, 2001). Claro que isto estava ligado à perspectiva profissional dos jovens, que na sua esmagadora maioria, era de permanecer no meio rural. A questão que mais preocupa, todavia, é que estes jovens serão os futuros sucessores das propriedades paternas, responsáveis portanto pelo futuro exercício profissional da agricultura familiar do Oeste catarinense.

Na percepção da maioria absoluta dos agricultores, para desempenhar a atividade agrícola, realizar as tarefas de trabalho, gerenciar o estabelecimento e fazer a inserção no mercado bastava saber ler e escrever, este estágio de formação foi alcançado freqüentando a escola até a quarta série. O conhecimento adquirido formalmente na escola e aquele herdado da família no desempenho das atividades da propriedade formava o padrão de conhecimento considerado suficiente para o exercício da atividade agrícola.

O caminho para a agricultura familiar, do Oeste catarinense, fundamentado na produção de *commodities*, articulado ao mercado através das grandes corporações, agroindústrias e cooperativas, parece esgotado se mantidas as diretrizes impostas recentemente por estas corporações, porque

⁷ É preciso no entanto dizer que havia todo um conjunto de dificuldades para que as pessoas pudessem estudar. Ausência de escolas, grandes distâncias a serem percorridas e a própria natureza do trabalho agrícola que exige a presença constante ao longo do dia.

apresenta um comportamento excludente e concentrador, sem perspectivas de incorporação de novos agricultores (Testa *et al.*1996)⁸. Para o desempenho destas atividades tradicionais que em nossa região é a produção de milho, feijão, suíno e aves e leite, já existe um conjunto de conhecimentos acumulado pelos agricultores que faz parte do patrimônio da família e que é transferido para os filhos junto com o patrimônio da propriedade, garantindo uma sucessão relativamente tranqüila e minimamente promissora.

Ainda existe nas cadeias tradicionais espaço de participação e um caminho relativamente importante para que as estratégias tradicionais de produção e articulação com a agroindústria sejam o componente importante da reorganização da produção agrícola familiar na região. Entretanto, para um grande número de agricultores familiares o futuro depende agora de sua capacidade de desenvolver novas formas de aprendizagem na produção, nos processos, nas formas de organização e de inserção ao mercado e que não passa mais pela articulação com os agentes dominantes. Inegavelmente os conhecimentos tradicionais são valiosos, porém, novos conhecimentos são condições fundamentais tanto para permanência nos mercados tradicionais e muito mais ainda no caso de novas forma de inserção econômica, como é o caso da agroecologia. Analisando o padrão de exigências da agricultura sustentável, onde se insere a agroecologia, Ehlers (1999) afirma que ele será muito mais exigente em conhecimento onde a educação formal será um “insumo” fundamental.

Como foi visto anteriormente, a nova geração de agricultores apresenta um baixo nível educacional que certamente vai dificultar o acesso a estas novas atividades. O que está em jogo nestes novos empreendimentos, como é o caso da produção agroecológica, é um complexo processo de aprendizagem, que envolve um conjunto de atividades que não são somente aquelas ligadas ao conhecimento e as atividades tradicionais da produção familiar. É necessário aprender e explorar novos processos de produção, novas formas de organização desta produção e novos conhecimentos e capacidades de lidar com o mercado e com organismos financiadores. São portanto conhecimentos, práticas e valores de certa forma distintos daqueles que até então faziam parte de seu universo de compreensão. A gestão de uma propriedade familiar inserida no mercado é

⁸ Isto não significa que esta trajetória é irreversível. As políticas públicas têm um papel central no sentido de reverter esta tendência e socializar as oportunidades de trabalho e renda.

intensiva em conhecimentos multidisciplinar, sobretudo quando se trata da produção agroecológica. Neste caso o agricultor tem que combinar conhecimentos específicos da produção agrícola (agronômicos, climáticos, biológicos, mercado, etc.) com conhecimentos de gerenciamento (análise de projetos, análises financeiras, organização do estabelecimento, contabilidade, etc.).

A reorganização da produção familiar para sua inserção nestas novas oportunidades, certamente ficará facilitada se pudermos melhorar a educação formal da nova geração de agricultores. A educação formal não apenas aumenta os conhecimentos básicos de leitura e escrita, de operações matemáticas, mas também influencia atitudes como acreditar na capacidade de organização e na importância das inovações. (Dirven, 2000).

Em suma, parece existir um grande contraste entre as exigências profissionais para o desempenho das novas oportunidades de renda que estão surgindo para o meio rural e o nível atual de formação dos responsáveis pelos estabelecimentos e seus sucessores mais prováveis. Para a inclusão dos agricultores familiares, é preciso que uma política de desenvolvimento econômico venha associada a uma proposta de melhoria na educação formal e na capacitação profissional destes agricultores, sob pena deste espaço ser novamente ocupado por grandes produtores e outros profissionais, aumentando a exclusão no campo.

Embora pareça não ter sido decisiva no passado recente, agora a questão educacional poderá ser um dos fatores determinantes⁹ da inclusão ou não dos agricultores nas novas atividades que se apresentam para o meio rural, como é o caso por exemplo, da produção agroecológica. e etc.

6. Conclusão

O padrão educacional da atual geração de agricultores familiares do Oeste catarinense – que tinha como limite estudar até a quarta série do primeiro grau – era considerado, por estes agricultores, suficiente para o exercício profissional das atividades agrícolas habitualmente praticadas na região. Entretanto, os próprios agricultores já admitem que, a partir de agora, para o exercício das

⁹ Outros fatores também são determinantes, como por exemplo, o acesso a terra, o crédito, a pesquisa, a assistência técnica entre outros.

atividades agrícolas é necessário um nível educacional mais elevado, até mesmo para as atividades tradicionalmente desenvolvidas na região.

Constatou-se, porém, que os jovens com idade entre 25 e 30 anos, que permanecem no meio rural, e que provavelmente serão os sucessores da unidade familiar, possuem também um baixo nível de escolaridade, semelhante a dos seus pais. O atual nível de escolaridade dos futuros sucessores do estabelecimento compromete o próprio exercício da cidadania, na medida em que a maioria deles não consegue sequer perceber a importância do “bloco de produtor rural”, documento importante para a identidade profissional e a garantia da aposentadoria.

Na formação de uma nova geração de agricultores a educação formal entra como um componente importante e é decisiva para que eles possam ter acesso as novas oportunidades de mercado e de renda, como é o caso da produção agroecológica. Melhorando a educação formal é mais provável que estas novas oportunidades poderão ser apropriadas pelos agricultores familiares mais pobres da região. Caso contrário é bem provável que, a exemplo do que já vem acontecendo, outros profissionais é que se apropriarão delas.

A população vivendo no meio rural do Oeste de Santa Catarina é suficientemente importante para que um conjunto ativo de políticas possa despertar o interesse dos jovens em sua valorização. O mais importante é a reunião de um conjunto variado de esforços no sentido não só de facilitar o acesso a terra, ao crédito e aos mercados, mas a mudança do ambiente educacional existente no campo que permita preparar uma nova geração de agricultores facilitando o acesso às novas oportunidades de renda que estão surgindo no campo. Está presente no Oeste de Santa Catarina um conjunto variado de organizações estatais e não estatais preocupadas com o desenvolvimento regional. É da possibilidade que existe de criar um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento e aplicação de métodos alternativos aos da educação formal que possibilite recuperar o atraso educacional dos jovens agricultores que depende o futuro da agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina.

7. Literatura citada

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I.T.; FERRARI, D.; TESTA, V.M.. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Edições UNESCO, 1998. 101 p.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. v. 4, n. 2, abr/jun 2000.

DURSTON, John, org. (1996) – ***Juventud rural – modernidad y democracia en América Latina*** – CEPAL – Santiago, Chile, 260 p.

DIRVEN, Martine. **El mercado de tierras y la necesidad de rejuvenecimiento del campo em América Latina**. Cepal: Santiago, Chile, 2001. 38 p. (mimeo.)

DIRVEN, Martine. La contribución de lo rural al desarrollo y el potencial de la juventud. In: Foro eletrônico IICA. “Consulta interamericana sobre juventudes rurales: jóvenes en la nueva ruralidad”. 2000. (CD ROM).

EPAGRI/ICEPA. **Censos Municipais**. Concórdia: Epagri, 1999. (mimeo).

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

MELLO, M. A. **A trajetória da produção e transformação do leite no Oeste catarinense e a busca de vias alternativas**. Florianópolis: UFSC, 1998. 165p (dissertação de mestrado).

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis/Brasília: Epagri/NEAD, 2001, 118 p.

TESTA, V. M. TESTA, V. M.; NADAL, R.; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: (Proposta para discussão)**. Florianópolis: Epagri, 1996. 247p.